

MARGARIDA CHAGAS LOPES \*

A MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL EM PORTUGAL:  
BREVE REFLEXÃO SOBRE O PERÍODO 1975/1981 \*\*

INTRODUÇÃO

Ao longo destes «Dez anos de transformação social» muito tem sido dito e escrito em matéria de qualificação dos recursos humanos em Portugal. Menos tem sido referido sobre a evolução da mobilidade sócio-ocupacional associada aos processos de transformação económica e social cuja evolução é conhecida. Em nosso entender, muito pouco se fez no sentido de uma análise crítica dos determinantes daquela forma de mobilidade e das transformações que ela vai impondo à própria estrutura de organização social, nomeadamente no que respeita ao peso relativo de determinadas categorias sócio-profissionais.

Com este artigo — cuja «novidade» pode consistir na proposta de uma metodologia de abordagem assente na apreciação sistemática das relações económicas e sociais dos processos de mobilidade — pretendemos realçar que não é mais possível continuar a considerar a mobilidade sócio-ocupacional como «parente pobre» no contexto de uma análise crítica que se pretenda fundamentada das transformações sociais pós-74.

---

\* Assistente do Instituto Superior de Economia.

\*\* Na elaboração deste artigo pudemos contar com as críticas e sugestões do nosso colega Amadeu Paiva a quem ficamos a dever a ultrapassagem de importantes incorrecções. Os erros e limitações que entretanto subsistirem são, como é óbvio, da nossa inteira responsabilidade.

# 1. O QUE ENTENDEMOS POR MOBILIDADE SÓCIO-OCUPACIONAL

A multiplicidade de contextos nos quais o termo mobilidade sócio-ocupacional aparece referido torna necessária uma delimitação prévia, tão rigorosa quanto possível, do fenómeno cuja evolução nos propomos estudar.

Por mobilidade sócio-ocupacional entendemos o processo de mudança de posto de trabalho sofrido por uma geração da população activa ao longo do período em que é «economicamente útil». Mais concretamente, referiremos ainda que nos preocupa a análise de tal mudança segundo duas perspectivas distintas, embora de nem sempre fácil delimitação:

- a primeira perspectiva é a da trajectória da evolução por postos de trabalho ao longo de uma escala de categorias profissionais — quer ela seja aceite como um dado, quer se conheçam os elementos de informação necessários à sua actualização sistemática — em função de factores que relevam mais das próprias características da sociedade (grau de estratificação, modalidades de controle e organização, valores sociais dominantes) e da evolução da qualificação dos «móveis», do que das características da dinâmica de crescimento económico global e sectorial — fluidez social dentro de uma estrutura «dada»;
- a segunda consiste na alteração dos postos de trabalho que se «soma» às variações anteriores e que encontra razões na alteração dinâmica da estrutura de classificações em virtude do impacto que têm sobre essa estrutura as modalidades de desenvolvimento económico global e sectorial e de que é exemplo o aparecimento de novas profissões.

Como sempre, a realidade vem tornar mais complexo o quadro de referência lógico na base do qual se tenta esclarecer o conteúdo do conceito. Do ponto de vista da metodologia de abordagem, um dos principais problemas que se põe na prática tem a ver com a não existência de uma correspondência biunívoca necessária entre nomenclatura das categorias profissionais e características funcionais dos postos de trabalho: uma vez aceite uma metodologia de classificação, esta tende a enraizar-se e nem sempre é possível proceder à sua actualização sistemática para a tornar compatível com as alterações de facto ocorridas nos conteúdos que os postos de trabalho vão sofrendo

em função, entre outras coisas, da própria dinâmica económica e tecnológica ou de meros processos de ajustamento institucional (v.g., reclassificação de pessoal na função pública). Frequentemente — tal será o caso no presente artigo — tem de se considerar a nomenclatura como um dado e admitir que ela funciona efectivamente como escala, isto é, que tem subjacente um critério de medida susceptível de hierarquizar cabalmente as diferentes categorias profissionais tal como elas existem na realidade; as limitações desta hipótese são assunto cuja análise e crítica nos preocupa mas que não teremos possibilidade de abordar neste espaço.

## 2. BREVE REFERÊNCIA AOS SUPORTES TEÓRICOS

Em linhas gerais, poderemos dizer que existem dois grandes corpos de teorias que se propõem explicar a evolução da mobilidade sócio-ocupacional:

- As que assentam fundamentalmente em hipóteses que têm origem nos domínios da sociologia e da psicologia do comportamento e relativizam, se não mesmo subalternizam, a importância dos factores do desenvolvimento económico dos diferentes sectores de actividade <sup>(1)</sup>. Utilizando a terminologia althusseriana, poderemos dizer que estas teorias procuram nos factores superestruturais de identificação das sociedades e, em especial, nos valores culturais, a explicação para a evolução da mobilidade sócio-ocupacional. Tanto quanto sabemos, quer a escola encabeçada pelos economistas suecos do grupo G.E.P. <sup>(2)</sup>, quer a generalidade dos sociólogos e antro-

<sup>(1)</sup> Na colectânea «Social Structure and Mobility in Economic Development», editada por Neil Smelser e Seymour Lipset, em 1966, podemos encontrar vários textos representativos deste tipo de teorias. Sugerimos, a título de exemplo, Bendix, R. (1966), «A Case Study in Cultural and Educational Mobility-Japan and the Protestant Ethic», e Crockett, H. (1966), «Psychological Origins of Mobility».

<sup>(2)</sup> Os economistas do grupo GEP (John Goldthorpe, Robert Erikson e Lucienne Portocarero) têm vindo a produzir inúmeros trabalhos no domínio da mobilidade inter-gerações, quer com base na realidade da economia sueca, quer no domínio de comparações internacionais; a leitura destes textos, não permitindo embora detectar pistas para a análise da mobilidade intra-gerações, revela um tratamento metodológico interessante e que poderá ser útil noutras orientações de pesquisa.

pólogos sociais norte-americanos que a este assunto se têm dedicado, fazem dos valores culturais os principais determinantes da evolução da mobilidade, quase sempre estudada entre duas gerações: a probabilidade de os indivíduos cujos pais se situaram em determinado momento da sua vida activa num dado nível ocupacional virem a ocupar, por sua vez, níveis iguais, «superiores» ou «inferiores» àquele nível no decurso da sua própria actividade é função de um vector-norma cujos elementos integrantes podem ser de natureza sociológica (grau de fluidez social, rigidez ou liberalidade do modelo de organização da sociedade, maior ou menor grau de estratificação,...) e/ou comportamental (influência de valores tais como o prestígio, o grau de auto-realização,...). As restrições impostas a estes fluxos pelas características do desenvolvimento económico e, em especial, pelas modalidades de articulação sectoriais, têm um carácter meramente acessório, não constituindo mais do que meros catalisadores ou redutores dos processos em análise. Características importantes do funcionamento dos mercados de trabalho, como, por exemplo, as diferentes formas de segmentação, não são captadas por este corpo teórico em relação a cujas hipóteses estariam, pelo menos parcialmente, em oposição.

- O corpo teórico oposto entronca, como seria de esperar, nas teorias que «correm o risco» de ser apelidadas de economicistas, tal a marginalização a que frequentemente votam as preocupações expostas pelo campo teórico anterior <sup>(3)</sup>. Aqui, a mobilidade sócio-ocupacional é determinada ou, pelo menos, está relacionada com as leis que caracterizam a evolução económica das sociedades em presença; assim, não poderá, por exemplo, falar-se de mobilidade sócio-ocupacional senão em estados suficientemente maduros da evolução económica, nomeadamente nas sociedades industriais ou, quando muito, pré-industriais, desde que nestas se tenha assis-

<sup>(3)</sup> De entre os muitos que haveria a referir, salientamos os trabalhos conduzidos por especialistas do I.N.S.E.E. e do Commissariado do Plano no âmbito da preparação dos últimos planos nacionais franceses e de entre os quais destacamos Robert Salais e Michel Cézard, onde encontramos tentativas para evidenciar a ligação entre as alterações tecnológicas e as estruturas de qualificação.

tido previamente ao preenchimento de uma série de requisitos entre os quais se destacam os fluxos de mobilidade horizontal (êxodo rural, urbanização,...), um avanço significativo na organização dos mercados e dos circuitos de comercialização, reformas institucionais importantes (como as agrárias, por exemplo).

Mas se há domínios onde ainda não se conseguiu chegar à unificação dos corpos teóricos explicativos, o da mobilidade sócio-ocupacional é-o por excelência: mesmo dentro das teorias de tipo economicista é possível encontrar concepções diversas das que acabamos de expor, como é o caso de algumas das teorias que assentam na segmentação dos mercados de trabalho, à luz das quais a mobilidade sócio-ocupacional vertical possível não terá necessariamente de ser determinada por fluxos de mobilidade horizontal previamente verificados, no caso de a eles ter havido lugar.

Quanto a nós, diremos que em ambas as possibilidades teóricas encontramos limitações conceptuais e embora nos sintamos mais inclinados a optar pelo segundo grupo de teorias, não deixamos de reconhecer que a sua legitimidade explicativa está necessariamente subordinada à possibilidade de nelas fazer incluir a explicitação dos conceitos (ao nível teórico) e das variáveis explicativas (no domínio da modelização) do comportamento social. O tratamento exaustivo da questão que aqui nos limitamos a aflorar exigiria, pois, o recurso sistemático a combinações bem doseadas dos dois corpos teóricos referidos; esta necessidade torna-se tanto mais evidente quanto mais se recordarem as duas perspectivas de definição e análise da mobilidade, às quais pretendemos dar um tratamento integrado tal como referimos no ponto 1.

### 3. METODOLOGIAS ALTERNATIVAS DE ABORDAGEM

A importância de que se revestem os estudos desta natureza em domínios que têm a ver especialmente com a preparação das medidas de política económica e o planeamento dos processos de desenvolvimento global, sectorial e regional, tem conduzido à proliferação de trabalhos nos quais o tema é tratado à luz de diferentes ópticas. Em resumo, podemos dizer que existem fundamentalmente duas linhas de abordagem da questão: a perspectiva da oferta potencial de recursos humanos por sector,

categorias e níveis de qualificação <sup>(4)</sup>; a perspectiva, alternativa, da evolução das exigências sectoriais quanto a mão-de-obra com determinadas qualificações, em função das dinâmicas de crescimento sectorial e global.

Se nos situarmos na primeira daquelas perspectivas, interessar-nos-á ter acesso a informação que permita avaliar as disponibilidades em recursos humanos por qualificações, ao longo de diferentes horizontes temporais, em função dos elementos estatísticos sobre as variações demográficas, o funcionamento das políticas de educação, sua acessibilidade e taxas de aproveitamento, formação profissional e suas alterações previsíveis; a partir desse conhecimento, poder-se-ão inferir os objectivos sócio-económicos que assim poderão vir a ser atingidos, sendo dada uma certa regularidade de funcionamento da economia. Mas ter-se-á de analisar igualmente a capacidade de a economia vir a dar resposta às novas necessidades de produção e consumo induzidas pelas alterações qualitativas e quantitativas dos recursos humanos potencialmente disponíveis.

Mas a perspectiva em que situamos o nosso trabalho toma para ponto de partida a procura. Isto é, pretendemos estudar a evolução das exigências sectoriais quanto a níveis de qualificação da mão-de-obra empregue e saber se aquela evolução estará ou não correlacionada com a própria dinâmica de crescimento sectorial. Interessar-nos-ia, sendo possível, levar a análise suficientemente longe para testar a existência ou não de correlação entre os três seguintes elementos: *dinâmica de crescimento sectorial/fluidez social entre categorias/alteração nas nomenclaturas e peso relativo dos diferentes níveis de qualificação*.

Mas até aqui não nos preocupámos senão com a mobilidade intra-sectorial, nada ficando conhecido sobre eventuais fluxos de mão-de-obra entre sectores, também por níveis de qualificação, análise que pressuporá necessariamente uma digressão analítica prévia sobre as condições de segmentação vertical dos mercados de trabalho; a este nível e entre outras questões

---

<sup>(4)</sup> A este respeito é de referir o trabalho meritório levado a cabo por alguns técnicos do Ministério do Trabalho, tais como Maria Cândida Soares e Margarida Abecassis. Embora utilizando um ponto de partida diferente do nosso — a óptica da oferta de recursos humanos — e uma explicitação de relações de causalidade sectoriais que, quanto a nós, nem sempre serão pertinentes (veja-se a este respeito as conclusões a que chegámos na última parte deste texto), ele não deixa de constituir leitura obrigatória, até porque precursor neste domínio.

poderia ter interesse tentar verificar se os sectores onde se registam maiores fluxos de mobilidade entre categorias são eles próprios os dinamizadores do processo ou se, pelo contrário, são meros agentes passivos dos efeitos de arrasto e fluidez intersectoriais que se verificariam tanto mais quanto menos fossem as situações de segmentação referidas.

#### 4. ALGUMAS PISTAS PARA A ANÁLISE DA SITUAÇÃO EM PORTUGAL

Resta-nos precisar o conteúdo do exercício que se segue.

Como referimos inicialmente, procurámos proceder a uma breve digressão empírica pelos principais aspectos que caracterizaram a evolução dos activos entre categorias de qualificação do emprego em Portugal, no período compreendido entre 1975 e 1981.

Dado o carácter meramente exploratório do trabalho, a natureza dos dados ao nosso alcance e o espaço de que dispomos, teremos de fazer uma série de simplificações metodológicas que se traduzirão noutras tantas limitações mas que não deixarão, mesmo assim, de nos permitir algumas conclusões dignas de interesse:

- não iremos analisar senão a evolução dos activos por conta de outrem <sup>(5)</sup> que se encontravam ao serviço no curto período dos seis anos em questão, nos sectores de actividade para os quais existe informação sobre os correspondentes níveis de qualificação;
- não consideraremos quaisquer movimentos de mobilidade horizontal (entre sectores de actividades) pois para tal seria necessário que dispusessemos de dados sobre a trajectória dos indivíduos entre diferentes postos de trabalho, colocados em sectores de actividade distintos e requerendo níveis de qualificação diferentes;
- iremos trabalhar com uma única nomenclatura de classificações, a qual consideramos constante ao longo do

<sup>(5)</sup> É o que nos permite a informação estatística disponível. Não podemos deixar de referir que a disponibilidade de informação quanto a categorias profissionais cobrindo as diferentes situações na profissão — v.g., trabalhadores por conta própria, isolados, trabalhadores familiares, ... — seria de fundamental importância para uma análise mais aprofundada das relações mobilidade/dinâmica do comportamento sectorial.



período e suficientemente rigorosa para poder constituir uma escala hierárquica no sentido que referimos atrás.

Assim sendo e considerando de novo o eixo definido pelos três pontos — dinâmica económica sectorial/fluidez social entre níveis de qualificações/alteração nas nomenclaturas em consequência das alterações tecnológicas e do desenvolvimento económico sectorial — não nos deteremos aqui senão no estudo, mesmo assim limitado, das relações que se poderão estabelecer entre os dois primeiros pontos.

Na nossa proposta metodológica basear-nos-emos, fundamentalmente, nos Inquéritos aos Níveis de Qualificação, elaborados pelo Ministério do Trabalho <sup>(6)</sup> e de que retivemos os respeitantes ao período de 1975 a 1981, inquéritos esses que apenas apuram os trabalhadores por conta de outrem em sectores dos quais estão excluídos a agricultura e alguns serviços. Utilizamos ainda alguns indicadores de crescimento sectorial obtidos pelo Departamento Central de Planeamento e pelo Instituto Nacional de Estatística para o período em análise.

Pareceu-nos importante começar por analisar a mobilidade sócio-ocupacional no contexto de todos os sectores de actividade para que temos informação e daí partir para uma análise mais aprofundada da evolução no interior do universo mais restrito das indústrias transformadoras.

#### 4.1. A MOBILIDADE NO CONJUNTO DOS SECTORES DE ACTIVIDADE

Se nos detivermos na análise dos Quadros I.8) das publicações do Ministério do Trabalho acima referidas, poderemos chegar a conclusões significativas sobre o acréscimo percentual dos efectivos de cada nível de qualificação para o conjunto dos sectores de actividade <sup>(7)</sup> no período de 1975 a 1981:

<sup>(6)</sup> Como se referiu no texto, os Inquéritos sobre Níveis de Qualificação produzidos pelo Ministério do Trabalho não cobrem a totalidade dos sectores de actividade, não considerando, nomeadamente, a agricultura, «os Serviços de Administração Pública, os Serviços Prestados à Colectividade e às Empresas, os Serviços Recreativos e os Serviços Domésticos, por falta de elementos na base de sondagem», o que é expressamente referido nas notas metodológicas que acompanham os referidos Inquéritos.

<sup>(7)</sup> De acordo com as restrições expostas na nota anterior.



<i>Níveis de qualificação</i>	<i>Acréscimo percentual global entre 1975 e 1981</i>
Pessoal dirigente ... ..	+0,02%
Pessoal técnico . ... ..	+1,2%
Pessoal administrativo ... ..	+0,2%
Pessoal comercial ... ..	-0,5%
Pessoal da produção ... ..	+6,0%
Pessoal não qualificado . ... ..	-4,2%
Praticantes . ... ..	-0,9%
Aprendizes . ... ..	-2,0%

Verificamos assim que as variações positivas mais significativas ocorreram nas categorias pessoal da produção (+6,0%) e, embora em muito menor escala, pessoal técnico (+1,2%); o acréscimo conjunto destas duas categorias quase compensa os fortes decréscimos registados em pessoal não qualificado (-4,2%), aprendizes (-2,0%) e praticantes (-0,9%). Até que ponto o processo terá sido determinado por razões de natureza funcional — alteração nas condições de produção — ou se deverá antes a meros ajustamentos administrativos é questão que, embora pertinente, estará longe de encontrar resposta neste artigo.

Tratemos agora de estudar a repartição por sectores de actividade das variações assim constatadas por nível de qualificação agregado, o que faremos com base nos dados do *Quadro n.º 1*:

Começemos por considerar os Níveis de Qualificação mais atractivos — pessoal da produção e pessoal técnico — na sua desagregação sectorial. Em relação ao pessoal técnico, podemos constatar que, à excepção da pesca e das operações sobre imóveis (sector onde se deu um acentuado decréscimo) (-3,3%) todos os sectores verificaram a tendência geral de crescimento de peso da categoria; acima do valor de crescimento médio (1,2%) encontramos as indústrias extractivas (+1,8), o comércio a retalho (+1,6%), os bancos (+1,9%), os seguros (+2,3%), os transportes (+2,6%) e as comunicações, estas com o acréscimo substancial de +9,1%. Notemos também o lugar modesto, com crescimento muito inferior à média (+0,9%) das indústrias transformadoras. No que respeita ao pessoal da produção, o comportamento dos diversos sectores é bastante irregular, ora verificando ora contrariando a tendência média do nível de qualificação: situam-se acima da média da tendência (+6,0%) as indústrias transformadoras (+7,9%), as operações sobre

QUADRO N.º 1: — «Repartição por sectores de actividade das variações percentuais dos Níveis de Qualificação agregados (Período 1975/1981)

Sectores Níveis de qualificação	Pesca	Extra- ctivas	Transfor- madoras	Cons- trução	Electr. gás, água	Comércio p/ grosso	Comércio a retalho	Bancos	Seguros	Opera- ções/ imoveis	Trans- portes	Comunica- ções	Serviços pessoais	Total
Pessoal dirigente	+ 0,7	+ 0,3	+ 0,2	+ 0,4	- 0,1	+ 0,3	+ 0,3	- 0,5	+ 0,4	+ 0,3	+ 0,1	+ 3,6	+ 0,3	+ 0,2
Pessoal técnico	- 0,3	+ 1,8	+ 0,9	+ 0,9	+ 1,0	+ 0,9	+ 1,6	+ 1,9	+ 2,3	- 3,3	+ 2,6	+ 9,1	+ 0,5	+ 1,2
Pessoal administrativo	+ 5,3	+ 1,6	—	+ 0,9	+ 0,7	+ 0,7	- 0,5	+ 3,2	- 6,0	+ 6,3	- 3,8	+ 6,4	+ 0,7	+ 0,2
Pessoal comercial	+ 0,4	+ 0,6	+ 0,1	—	+ 4,9	+ 4,6	- 1,8	- 2,2	+ 2,9	+ 3,2	- 5,0	—	- 5,4	- 0,5
Pessoal da produção	- 15,0	- 1,8	+ 7,9	- 0,8	- 5,5	- 3,4	+ 4,0	+ 0,3	+ 1,3	+ 8,1	+ 12,8	- 8,9	+ 8,4	+ 6,0
Pessoal não qualificado	+ 8,6	- 0,4	- 5,3	- 1,7	- 0,9	- 1,3	- 1,2	- 2,1	- 2,0	- 16,3	- 2,5	- 2,9	- 7,1	- 4,2
Praticantes	+ 0,1	- 0,8	- 1,0	- 0,2	- 0,3	- 0,7	- 0,8	- 0,6	+ 1,1	+ 1,7	- 0,5	—	+ 0,7	- 0,9
Aprendizes	—	- 0,7	- 2,8	+ 0,5	+ 0,2	- 1,1	- 1,2	—	—	—	- 0,7	—	+ 1,1	- 2,0

Fonte: Quadros I.2) dos «Inquéritos aos Níveis de Qualificação» para 1975 e 1981; Coleção Relatórios e Análises-Estatísticas do Trabalho; edição do Ministério do Trabalho e Segurança Social.

imóveis (+8,1%), os transportes (+12,8%) e os serviços pessoais (+8,4%).

Verifiquemos agora qual o comportamento dos diferentes sectores face aos níveis de qualificação de maior perda de peso — pessoal não qualificado e aprendizes. Quanto ao pessoal não qualificado e para além do forte decréscimo registado nas operações sobre imóveis (−16,3%), valor decerto pouco digno de confiança, constatamos evoluções favoráveis e superiores à média nos serviços pessoais e nas indústrias transformadoras, com decréscimos percentuais iguais a −7,1% e −5,3%, respectivamente. As pescas verificaram, pelo contrário, um forte acréscimo nesta categoria de emprego (+8,6%), no que contrariaram significativamente a tendência geral. Em relação aos aprendizes, cujo decréscimo percentual médio foi de −2,0%, registamos variações superiores àquele valor nas indústrias transformadoras (−2,8%), única situação digna de registo nesta categoria.

Passemos a uma interpretação mais pormenorizada dos dados que acabamos de expor, socorrendo-nos, para tal, de alguns indicadores elementares.

Começamos por constatar a grande heterogeneidade dos níveis de qualificação quanto ao *número e amplitude* das situações sectoriais de *dispersão face à média da categoria*; assim, enquanto os níveis pessoal dirigente, pessoal técnico, praticantes e aprendizes, verificam normalmente pequeno número de situações sectoriais de contra-tendência e as menores amplitudes do desvio face à média, situação radicalmente diferente caracteriza o pessoal administrativo, o pessoal comercial, o pessoal da produção e o não qualificado. Uma análise mais detalhada permitir-nos-á duas primeiras conclusões:

- i) o *número e amplitude dos desvios não está necessariamente relacionado com a natureza de atracção-repulsão dos níveis de qualificação*, podendo ocorrer quer a par de situações de ganho quer de perda de peso relativo das categorias;
- ii) existe «ao longo» dos diferentes níveis de qualificação *um conjunto de sectores perturbadores, quase sistematicamente responsáveis pelas situações de contra-tendência e de amplitude anómala dos desvios*, de entre os quais há a destacar as comunicações, as operações sobre imóveis, a pesca, os seguros e a electricidade, gás e água.

Estas duas breves conclusões apontariam, por si só, para a necessidade de proceder ao estudo detalhado das condições específicas de produção em cada um dos sectores referidos, já que a elas parece estar intimamente ligado o padrão de mobilidade que os caracteriza.

Outros aspecto que interessa analisar é o da *tendência para o reforço do peso relativo das categorias situadas no topo da nomenclatura de classificações* que nos serve de base e que admitimos traduzir uma hierarquização efectiva. Um primeiro indicador daquela tendência pode ser obtido relacionando o acréscimo relativo acumulado das categorias pessoal dirigente, pessoal técnico e pessoal administrativo com o correspondente acréscimo de pessoal da produção, o que nos permitirá as seguintes conclusões:

- i) existem sectores, como as comunicações, onde se assiste a uma redução drástica do pessoal da produção a par de acréscimos nas três categorias superiores muito acima da média nacional; como estes dois movimentos simétricos são acompanhados por redução ou estabilização da percentagem de efectivos nas categorias inferiores, será legítimo pensar que a função de produção sectorial aponta para aquilo a que poderemos chamar uma «*burocratização*» ou «*tecnocratização*» de parte do pessoal da produção;
- ii) outros sectores, como os bancos, não registam decréscimos no pessoal da produção, mas o aumento percentual de efectivos nas três categorias de topo foi cerca de 17 vezes superior ao aumento do pessoal produtivo e fez-se em boa medida à custa de uma *retracção nas categorias de ingresso — praticantes e aprendizes*;
- iii) o decréscimo anómalo (—15,0%) do pessoal da produção no sector das pescas constitui, finalmente, o último caso digno de menção por ser bem ilustrativo de uma situação de «*burocratização*» aparente.

De notar que, mais uma vez, se detecta a presença dos sectores de comportamento aberrante a que atrás aludimos, razão só por si suficiente para exigir o estudo microeconómico dos mesmos. Seja como for, *a característica dominante é a da heterogeneidade de tendências face às diferentes qualificações*, a qual persiste, como se verá, mesmo a níveis menores de agre-

gação sectorial. Torna-se pois necessário que nos encaminhemos para o estudo dentro de domínios de análise mais restritos, a fim de averiguar se aí se poderão detectar situações de maior regularidade.

#### 4.2. A MOBILIDADE NO CONTEXTO DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS

À semelhança do que fizemos para o conjunto dos sectores de actividade, começaremos por uma perspectiva global por nível de qualificação:

Níveis de qualificação	Acréscimo percentual global entre 1975 e 1981
Pessoal dirigente ... ..	+0,2%
Pessoal técnico . ... ..	+0,9%
Pessoal administrativo ... ..	0
Pessoal comercial ... ..	0
Pessoal da produção ... ..	+8,2%
Pessoal não qualificado . ... ..	-5,4%
Praticantes . ... ..	-1,1%
Aprendizes . ... ..	-2,8%

Comparando estes dados — obtidos a partir dos Quadros I.9 dos Inquéritos aos Níveis de Qualificação elaborados pelo Ministério do Trabalho e relativos ao período de 1975 a 1981 — com os valores globais para o conjunto da economia, podemos constatar que a variação conjunta das 4 categorias superiores é precisamente igual à média nacional: o menor acréscimo aqui verificado no peso relativo do pessoal técnico foi «compensado» por uma estabilização do pessoal administrativo e comercial, categorias que tinham conhecido uma variação acumulada negativa no conjunto da economia; quanto às categorias produtivas, houve maiores oscilações face à média de cada uma delas, sobretudo nos níveis de qualificação pessoal da produção (+8,2%), pessoal não qualificado (-5,4%) e aprendizes (-2,8%).

Pode, portanto, concluir-se que *este conjunto de indústrias não foi particularmente responsável pelo reforço da «burocratização» da economia*; no entanto, a variação de peso nas categorias mais directamente ligadas à produção não foi acompanhada por uma evolução favorável quanto a pessoal técnico, o

que poderá constituir um primeiro indicador da *persistência de processos rotineiros de produção*, pelo menos em certos sub-sectores de actividade.

Com base no quadro que se segue podemos proceder a um estudo mais desagregado das indústrias transformadoras, o qual não contempla, no entanto, os sub-sectores do tabaco e do petróleo cuja cobertura estatística neste período levanta, como se sabe, algumas questões:

Numa primeira observação pode constatar-se a existência de três grupos de sectores com características distintas:

- sectores de comportamento aberrante, como o da borracha, onde todas as categorias à excepção de praticantes e aprendizes exibem tendências totalmente divergentes da média, e o do papel, com fortes inversões de tendência nas categorias produtivas;
- sectores cuja tendência é quase decalcada da evolução média, tais como os têxteis, as metalomecânicas e as transformadoras diversas;
- um grupo intermédio de sectores, caracterizado por pequeno número de situações de inversão e/ou pequenas amplitudes dos desvios face à média e onde se contam a madeira e cortiça, o mobiliário, as químicas e os minerais não metálicos.

Para além de mais uma vez ficar justificada a necessidade da análise caso a caso das tecnologias de produção, várias outras conclusões nos permite a leitura do Quadro anterior. A primeira tem a ver com a *existência de uma simetria quase perfeita entre a evolução dos comportamentos do pessoal da produção e pessoal não qualificado*, patente na generalidade dos casos. A única situação de inversão — o subsector do papel — exhibe não obstante o mesmo padrão de tendência, embora a variação percentual do pessoal não qualificado seja muito superior em módulo à do pessoal da produção: dada a relativa estabilidade das outras categorias dentro do sub-sector, este facto parece indicar estarmos perante uma situação de relativa desqualificação do emprego sectorial.

Constata-se também a *grande homogeneidade das categorias de «ingresso»* — aprendizes e praticantes — onde as únicas inversões dignas de registo surgem na alimentação e na tipografia, e do *pessoal dirigente*, praticamente sem contra-tendências.

QUADRO N.º 2: — Repartição por sub-setores de actividade das variações percentuais agregadas por nível de qualificação dentro das Indústrias Transformadoras (Período 1975 a 1981)

Sub-setores Níveis de qualificação	Alimen- tação	Bebidas	Têxteis	Vestuário e Calçado	Madeira e Cortiça	Móbi- liário	Papel	Tipó- grafia	Curta- mentos	Borracha	Químicos	Minerais não metálicos	Metalúr- gicas de base	Metalome- cânicas	Transfor- madores diversos	Total
Pessoal dirigente	—	+0,4	+0,2	+0,1	+0,1	+0,2	-0,1	+0,3	+0,4	-0,3	+0,5	+0,2	+0,1	+0,1	+0,2	+0,2
Pessoal técnico	+1,0	-0,1	+0,4	-0,2	+0,4	+0,6	+1,1	+1,6	-0,3	+4,7	+2,5	+0,8	+2,4	+1,2	+0,5	+0,9
Pessoal administrativo	-0,1	-1,5	+0,5	-0,4	+0,1	—	—	-1,0	+0,9	+0,5	-0,5	—	+0,9	+0,4	—	—
Pessoal comercial	+1,0	-3,3	+0,5	-0,1	—	—	+0,7	+1,9	-0,6	-3,3	+0,9	—	+0,5	-0,3	-1,0	—
Pessoal da produção	+10,2	+9,9	+6,2	+10,2	+14,0	+8,5	-0,7	+4,7	+5,6	+20,0	+8,1	+2,4	+4,2	+8,2	+11,0	+8,2
Pessoal não qualificado	-12,4	-3,7	-2,7	-2,4	-14,0	-1,9	+4,7	-3,5	-3,2	-14,6	-10,4	-2,7	-3,6	-3,9	-4,3	-5,4
Praticantes	+1,0	-0,6	-1,2	-1,0	+0,1	-1,1	-0,5	+0,9	+0,2	-2,2	-0,4	—	-3,1	-2,7	-2,5	-1,1
Aprendizes	-0,7	-1,1	-3,9	-6,3	-0,7	-6,3	-5,2	-4,9	-3,0	-4,1	-0,7	-0,7	-1,4	-3,0	-3,9	-2,8

Fonte: Quadros I.9) dos «Inquéritos aos Níveis de Qualificação», para 1975 e 1981. Colecção Relatórios e Análises-Estatísticas do Trabalho; Edição do Ministério do Trabalho e Segurança Social.



As categorias pessoal técnico, pessoal administrativo e pessoal comercial são as que verificam as maiores amplitudes dos desvios face à média.

A conjugação dos factos que vimos expondo permite avançar as duas seguintes conclusões:

- i) as alterações mais significativas ocorrem nas qualificações mais estreitamente ligadas ao processo de produção, caracterizando-se o ingresso na actividade produtiva por uma relativa estabilidade com tendência para a perda de peso percentual;
- ii) a variação percentual conjunta das categorias «superiores» foi relativamente modesta, mas a disparidade nos comportamentos sectoriais, sobretudo quanto a pessoal técnico, suscita uma análise mais detalhada destes níveis de qualificação.

Vários indicadores poderiam ser ensaiados para identificar a existência de correlação na evolução das diferentes qualificações; uma metodologia possível é a que a seguir se desenvolve.

Consideremos os sub-sectoros que, ao longo do período em análise, apresentaram as variações mais significativas quanto ao nível de qualificação *pessoal técnico*: químicas, metalurgia de base, tipografia, papel e metalo-mecânica, com evolução positiva, e curtumes, vestuário e calçado e bebidas, como representativos da tendência oposta.

A análise do quadro leva-nos às seguintes conclusões:

- i) não existe necessariamente associação, positiva ou negativa, entre a variação de peso do pessoal técnico e do pessoal da produção; valores mais elevados do peso relativo daquela primeira categoria estão, no entanto, normalmente associados a valores mais altos das perdas de peso de pessoal não qualificado, facto que poderá apontar para uma certa melhoria dos métodos de produção nesses sectores;
- ii) não existe correlação significativa entre a variação do peso do pessoal técnico e as alterações de peso das categorias «burocráticas»; no entanto, os sectores caracterizados por perdas de peso relativo do pessoal

QUADRO N.º 3: — Comparação entre a variação percentual da categoria pessoal técnico, das categorias produtivas e das de topo (Período 1975/1981)

Subsectores face à variação percentual do pessoal técnico	Variação percentual do pessoal técnico (média = +0,9)	Variação percentual do pessoal da produção (média = +8,2)	Variação percentual do pessoal n/ qualificado (média = -5,4)	Variação percentual do pessoal dirigente (média = +0,2)	Variação percentual do pessoal administrativo (média = 0,0)	Variação percentual do pessoal comercial (média = 0,0)
Químicas	+2,5	+ 8,1	-10,4	+0,5	-0,5	+0,9
Metalúrgica de base	+2,4	+ 4,2	- 3,6	+0,1	+0,9	+0,5
Tipografia	+1,6	+ 4,7	- 3,5	+0,3	-1,0	+1,9
Papel	+1,1	- 0,7	+ 4,7	-0,1	-	+0,7
Metalmecânica	+1,2	+ 8,2	- 3,9	+0,1	+0,4	-0,3
Curtumes	-0,3	+ 5,6	- 3,2	+0,4	+0,9	-0,6
Vestuário e calçado	-0,2	+10,4	- 2,4	+0,1	-0,4	-0,1
Bebidas	-0,1	+ 9,9	- 3,7	+0,4	-1,5	-3,3

Fonte: Construído com base nos quadros anteriores.

técnico conheceram sempre um acréscimo evidente de pessoal dirigente e perdas acentuadas em pessoal administrativo e comercial.

Confrontemos agora estas conclusões com as que poderão ser deduzidas quando se toma para objecto de análise os sectores caracterizados pelas *maiores variações conjuntas das categorias produtivas*:

QUADRO N.º 4: — Comparação entre a *variação percentual conjunta das categorias «produtivas»* ( $\delta$ ), da *categoria pessoal técnico* e das *categorias «burocráticas»*

Sub-sector de acordo com valores decrescentes de $\delta$	Valores da relação $\delta$	Variação percentual do pessoal técnico	Variação percentual do pessoal dirigente	Variação percentual do pessoal administrativo
Curtumes	+ 20,8	—0,3	+ 0,4	+ 0,9
Têxteis	+ 11,2	+ 0,4	+ 0,2	+ 0,5
Madeira	+ 10,5	+ 0,4	+ 0,1	+ 0,1
Papel	+ 9,6	+ 1,1	—0,1	—
Mobiliário	— 3,7	+ 0,6	+ 0,2	0,0
Minerais não metálicos	— 8,5	+ 0,8	+ 0,2	0,0
Tipografia	—15,2	+ 1,6	+ 0,3	—1,0

Fonte: Construído com base nos quadros anteriores.

Representando por  $\delta$  a relação *variação conjunta do peso das categorias pessoal da produção e pessoal não qualificado/ variação relativa do emprego sectorial total*, podemos concluir:

- i) nos sectores em que  $\delta$  assume valores positivos — ou seja, onde o acréscimo percentual de pessoal da produção é mais do que proporcional à perda de peso do pessoal não qualificado — existe uma relação de sentido contrário entre os valores de  $\delta$  e os acréscimos relativos da categoria pessoal técnico e uma correlação de sentido positivo entre a sucessão de valores de  $\delta$  e os acréscimos relativos das duas categorias «superiores» consideradas;
- ii) os sectores onde, pelo contrário,  $\delta$  assume valores negativos, denotam igualmente a existência de uma

correlação negativa entre aquela relação e os valores da categoria pessoal técnico, não sendo significativa qualquer «simpatia» de comportamento para com as 2 categorias de topo.

Chegados a este ponto, impõe-se que sublinhemos as conclusões mais relevantes do exercício que estamos a desenvolver:

- i) só foram apercebidos fluxos nítidos de mobilidade entre categorias no que respeita aos níveis pessoal da produção e pessoal não qualificado, havendo indícios de mobilidade ascendente entre uma das categorias de ingresso (praticantes) e o pessoal da produção, qualificado ou não;
- ii) por confrontação sistemática, 7 dos 14 sectores em estudo revelaram a existência de uma correlação positiva e de sinal contrário entre a evolução do peso relativo das duas categorias «produtivas» e da de pessoal técnico.

Importa agora indagar se os referidos 7 sectores terão ou não um comportamento ilustrativo do conjunto das indústrias a que pertencem, verificação que terá de passar pelo estudo da dinâmica de crescimento dos mesmos. Este é um dos domínios onde mais se fazem sentir as consequências das discrepâncias metodológicas entre os diferentes organismos que procedem à recolha e tratamento de dados, nomeadamente porque utilizam diferentes critérios de agregação e classificação dos sectores de actividade; no caso do presente exercício, tal implica que não disponhamos de dados desagregados para os subsectores dos curtumes, madeira e mobiliário e papel e tipografia, o que nos conduz inevitavelmente a alguns subterfúgios metodológicos<sup>(\*)</sup>. Retenhamos, a título de exemplo, dois elementos de informação sobre o crescimento sectorial — a taxa de crescimento média anual do PIB nos períodos compreendidos entre 1970 e 1976 e 1977 e 1982 e a taxa média anual de crescimento da produtividade do trabalho nos 10 anos que antecederam o período que estamos a analisar<sup>(\*)</sup>:

(\*) As classificações sectoriais utilizadas nos estudos do Ministério do Trabalho de que tivemos de nos socorrer não coincidem com as metodologias de agregação sectorial nas quais se apoiam quer

Comparando os valores relativos à evolução de quaisquer das duas taxas de crescimento com os dados anteriormente apurados sobre a variação dos pesos relativos das diferentes categorias ocupacionais, *constatamos a não existência de qualquer correlação entre estes indicadores de crescimento sectorial*

Sectores de actividade	Taxa de crescimento do PIB		Taxa de crescimento da produtividade
	1970/1976-1977/1982		1964/1974
Têxteis	8,6 %	5,0%	8,9%
Madeira e mobiliário	-2,1 %	0,9%	3,8%
Papel e tipografia	0,08%	3,3%	11,7%
Minerais não met.	7,3 %	4,3%	7,3%

*e a estrutura ocupacional que os caracteriza. Esta conclusão parece-nos tanto mais importante quanto se sabe serem aqueles indicadores da dinâmica sectorial normalmente apresentados como variáveis explicativas dos fluxos de mobilidade, correlação que este exercício vem mostrar não ser necessariamente válida. Haverá, quanto a nós, de procurar noutros indicadores da evolução sectorial — nomeadamente nos que relevam da tecnologia de produção — as relações de causalidade a que se pretende chegar.*

Como referimos logo de início, não pretendíamos com este exercício mais do que propor algumas metodologias alternativas de abordagem e, com base nelas, fazer ressaltar as conclusões mais evidentes sobre a evolução da mobilidade sócio-ocupacional na sociedade portuguesa no período em análise. Cremos ter

---

o relatório do Ministério das Finanças e do Plano quer o estudo conduzido pelo G.E.B.E.I. com base nos quais desenvolvemos a última parte deste trabalho — embora em qualquer dos casos a classificação usada seja a C.A.E., os níveis de agregação são diferentes. Assim, para analisar a informação sobre a dinâmica económica dos 7 sectores em causa, tivemos agora de os agregar e admitir que as médias de crescimento assim obtidas não implicavam perda de inferência face às taxas de crescimento dos sectores quando desagregados, o que constitui sem dúvida uma grande limitação.

(<sup>9</sup>) Limitámo-nos aqui a reproduzir os valores já obtidos para aquelas taxas de crescimento e constantes do relatório do Ministério das Finanças e do Plano e do estudo do G.E.B.E.I. que aparecem referenciados na bibliografia.

assim atingido o objectivo que nos levou a redigir a presente nota — sensibilizar os investigadores e analistas sociais ainda não despertados para estas questões quanto à imperiosidade de se dedicar a estes aspectos mais atenção do que aquela que lhes tem sido atribuída até agora.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abecassis, M. M. e Soares, M. C. (1982), *Estratégia do Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Portugal (Reflexos sobre o Emprego)*, Lisboa, Ministério do Trabalho.
- Bendix, R. (1966), «A Case Study in Cultural and Educational Mobility: Japan and the Protestant Ethic», in N. Smelser e S. Lipset (ed.), *Social Structure and Mobility in Economic Development*, London, Routledge and Kegan Paul.
- Crockett, H. (1966), «Psychological Origins of Mobility», in N. Smelser e S. Lipset (ed.), *Social Structure and Mobility in Economic Development*, London, Routledge and Kegan Paul.
- Cézard, M. (1979), «Les Qualifications Ouvrières en Question», Paris, *Économie et Statistique*, n.º 110.
- Erikson, R. et al. (1982), «Social Fluidity in Industrial Nations: England, France and Sweden», London, *The British Journal of Sociology*, vol. XXXIII, n.º 1.
- Ministério das Finanças e do Plano (1983), *Evolução da Situação Económica — 1977/1982*.
- Ministério do Trabalho e Segurança Social (1975), *Níveis de Qualificação 1975*.
- Idem (1981), *Níveis de Qualificação 1981*.
- Oliveira, V. e Santos, A. (1977), *O Capital Fixo na Indústria Transformadora Portuguesa 1947-1974*, Lisboa, Edição GEBEL.
- Salais, R. (1976), «Qualification Individuelle et Qualification de l'Emploi — Quelques Définitions et Interrogations», Paris, *Économie et Statistique*, n.º 81/82.